

Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé

Marco Antonio Teixeira*

1. Introdução

Em Magé, ocorreram intensos conflitos por terras pelo menos desde os anos 1950. Dois deles serão analisados neste capítulo. O primeiro foi protagonizado por homens e mulheres que ocuparam terras que consideravam sem dono e uma fábrica de tecidos que reclamava a propriedade desta área ocupada, a Companhia América Fabril. O segundo teve como personagens, de um lado, ocupantes da terra e, do outro, pessoas que reclamavam a propriedade do local. Essas áreas correspondem aos atuais assentamentos América Fabril e Conceição de Suruí, criados a partir de desapropriações feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1973 e 1974, respectivamente.¹ As desapropriações aconteceram depois de anos de ações coletivas dos trabalhadores rurais que reivindicavam o direito de permanecer na terra em que moravam e trabalhavam. A conquista da desapropriação de terras por camponeses foi uma situação pouco comum na conjuntura pós-1964 e até final dos anos 1970, quando começou o processo de redemocratização no país.² Por isso, a luta dos trabalhadores da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí se transformou em um exemplo de resistência em todo o Estado do Rio de Janeiro.

* Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj), com bolsa da Faperj. Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, Cientista Social pela Uerj e Historiador pela Unirio. Pesquisador voluntário do projeto “Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”.

¹ Os entrevistados chamavam a área do assentamento América Fabril de Gleba América Fabril. Antonio Ernesto, liderança local, explicou que era “gleba” América Fabril porque os trabalhadores rurais não ocuparam toda a “fazenda” América Fabril. Por isso, a área em disputa correspondia apenas àquela “gleba”. “Gleba”, dessa forma, significa porção de terra. Quando começou a atuar no caso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) adotou o termo “gleba” para se referir a esta localidade. No decreto de desapropriação, a área foi denominada “Gleba América Fabril”. Este será o termo usado neste trabalho. Mas os entrevistados também chamavam a gleba América Fabril de “terras da parte do Incra”, “terras da América Fabril”, “do outro lado da estrada” e, algumas vezes, “Cachoeira Grande”.

² Estas foram as únicas desapropriações realizadas no Estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e o fim dos anos 1970. Depois disso, até onde se obtiveram informações na bibliografia, somente em 1981 foi feita uma nova desapropriação em terras fluminenses: a da Fazenda São José da Boa Morte, no Município de Cachoeiras de Macacu, em 22 de janeiro. Em relação ao contexto nacional, um rápido levantamento sobre outros casos de desapropriação de terras no período entre o golpe de 1964 e fins dos anos 1970 indicou que houve também um caso de desapropriação no Estado de Ceará. Trata-se da Fazenda Japuara, localizada nos sertões de Canindé. Para mais informações sobre o caso, ver Barreira (1992).

A questão central deste capítulo é analisar como a repressão e a violência política atingiram os trabalhadores rurais, lideranças e outros agentes durante as disputas por essas terras entre os anos 1960 e 1970. O ponto de partida para isso será a minha dissertação de mestrado, trabalho no qual procurei entender como se deram as ações coletivas dos trabalhadores rurais para conquistarem a desapropriação das terras.³ Neste capítulo, procurei avançar no entendimento da repressão dos trabalhadores a partir da análise de documentos não tratados na dissertação e à luz de novas reflexões da literatura acadêmica sobre o período do regime civil-militar.

Na dissertação, o trabalho empírico centrou-se na realização de entrevistas (19 ao todo) com atores que participaram dos eventos estudados, em conversas informais com pessoas que ainda viviam nos assentamentos e que testemunharam os acontecimentos em foco e na leitura de documentos. A pesquisa documental foi feita no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ), onde foram consultadas 16 entrevistas realizadas por outros pesquisadores em diferentes contextos de pesquisas com trabalhadores rurais das áreas estudadas e documentos produzidos por agentes sindicais e instâncias do Estado brasileiro; no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde se consultaram os processos administrativos de desapropriação da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí; e documentos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Magé.

Para avançar no conhecimento sobre a repressão que atingiu os trabalhadores rurais do município, optou-se por investir na análise de fontes ainda não tratadas: um dos processos organizados pelo projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) movido contra um grupo de trabalhadores rurais de Magé,⁴ novas entrevistas disponíveis no NMSPP/CPDA/UFRRJ e na literatura sobre o tema.

³ Para conhecer os resultados deste trabalho, ver Teixeira (2011). Como o problema central da investigação na dissertação foi entender a ação coletiva dos trabalhadores em um contexto de repressão política, a questão da repressão e violência contra os trabalhadores rurais envolvidos nas disputas por terra foi um tema que emergiu e teve importância durante a pesquisa. Por isso, concentro-me neste trabalho na análise dessa questão, secundário na dissertação.

⁴ A consulta ao processo do projeto BNM contou com o apoio do bolsista de Iniciação Científica da pesquisa “Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)” Vinicius Silva, a quem agradeço imensamente.

2. Mobilização política dos trabalhadores em Magé

O primeiro passo da pesquisa “Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)” foi fazer um mapeamento dos conflitos no campo no Estado do Rio de Janeiro a partir dos documentos produzidos pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais disponíveis para consulta no NMSPP/CPDA/UFRRJ. Ainda que não fosse possível identificar o universo dos conflitos no campo no estado a partir deste trabalho, dados os limites da fonte pesquisada (documentos sindicais que, portanto, tratam em sua maioria dos conflitos que tiveram a participação do movimento sindical e sob a ótica desse tipo de organização), este mapeamento nos deu um panorama de alguns dos principais locais e casos de conflito no campo no estado. Dos 219 conflitos identificados, 43 ocorreram em Magé. Deste total, optamos por trabalhar os dois anteriormente citados. Além da particularidade de terem tido como resultado a desapropriação das terras a favor dos trabalhadores, são áreas próximas entre si, que passaram por situações semelhantes no processo de luta pela terra e repressão política e tiveram os mesmos atores envolvidos em ambos os casos. A diferença entre eles é que, na gleba América Fabril, o antagonista dos trabalhadores era uma grande fábrica de tecidos, enquanto em Conceição de Suruí os reclamantes das terras eram pessoas físicas. Estudar um caso de disputa por terra entre trabalhadores e uma fábrica trará elementos para a compreensão de como ocorreram os conflitos contra um agente econômico com grande força econômica e política.

Há uma memória que se cristalizou sobre os conflitos da gleba América Fabril como um caso emblemático de resistência dos trabalhadores rurais após 1964. Por isso, torna-se interessante entender o processo de disputa por terras e repressão política nesse caso. Essa memória cristalizada se expressou, por exemplo, na narrativa de um ex-dirigente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), Acácio Fernandes dos Santos, que atuou na Fetag/RJ no imediato pós-golpe (entrevista realizada por Leonilde Medeiros, em 1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ). Segundo ele, Magé foi o único local no estado onde houve algum tipo de resistência dos trabalhadores rurais após 1964 e as disputas pelas terras somente cessaram com as desapropriações, em 1973, no caso da gleba América Fabril. Na visão do dirigente, nos demais locais de conflitos, a resistência só voltou a ser forte na segunda metade dos anos 1970. De acordo com as suas palavras: “Magé só cessou praticamente o conflito depois da desapropriação. Mais intenso, menos intenso; mais tenso, menos tenso, mas nunca deixou de ter conflito”. A fala do entrevistado deve ser

entendida não pela informação que dá em si. Os demais capítulos deste livro mostram que houve diversos locais onde os trabalhadores rurais, a partir de variadas formas, resistiram contra a pressão de fazendeiros, policiais e outros agentes para que deixassem as terras em que viviam ou mesmo lutaram contra as péssimas condições de trabalho nas usinas. A fala de Acácio deve ser vista como a memória que se cristalizou na percepção de um dirigente sindical sobre os locais nos quais os trabalhadores rurais fluminenses resistiram e lutaram pela terra após o golpe. Há que se considerar também que a entrevista foi feita em 1982, ainda em um momento de transição política, e que Acácio fora dirigente da Federação logo após-golpe, quando compôs a chapa que substituiu a junta interventora e, no momento da entrevista, ocupava um cargo na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Se os casos das disputas pela gleba América Fabril e pela Fazenda Conceição de Suruí são indicativos de que houve uma mobilização significativa de trabalhadores em Magé na luta pelos seus direitos ao longo dos anos 1960 e 1970, principalmente, não se pode circunscrever a história de ativismo político dos trabalhadores em Magé a esses eventos. Isso porque décadas antes e depois dos conflitos da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí houve outros episódios de mobilizações envolvendo trabalhadores, sobretudo os do ramo têxtil e os rurais, conforme pode ser visto em Ribeiro (2015).

Em relação à organização dos trabalhadores rurais em Magé, um fato importante foi a criação da Associação de Lavradores do município em 1956, registrada oficialmente no ano seguinte.⁵ Antes dela, e em moldes semelhantes, haviam sido criadas, em 1948, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, e, em 1952, a Associação dos Lavradores Fluminenses, em Duque de Caxias. A Associação de Lavradores de Magé se opunha à Associação Rural de Magé, criada em 1951 pelo então prefeito do município Waldemar Lima Teixeira.⁶

⁵ No Livro de Registro de Pessoa Jurídica (n.1: 1910-1966. fl.141) do Cartório do 3º Ofício da Cidade de Magé consta a seguinte formação da diretoria da Associação dos Lavradores do Município de Magé: Manoel Ferreira de Lima (presidente), Erondino Ribeiro (vice-presidente), Juci Melin (1º secretário), Francisco Ribeiro Garcia (2º secretário), Marciano de Oliveira Barbosa (1º tesoureiro), Lourival Vasconcelos (2º tesoureiro) e Sebastião José de Souza e José Anunciado dos Santos (Comissão Fiscal) (RIBEIRO, 2015, p. 135, nota de rodapé).

⁶ As associações rurais tinham como objetivo atender as demandas dos pequenos proprietários rurais por investimentos na agricultura e por melhor infraestrutura para o apoio a produção, como o investimento em estradas vicinais para escoar a produção (RIBEIRO, 2015). Criadas em todo o país, reuniam pequenos e grandes proprietários por município e articulavam-se no plano estadual na Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro (Farerj) e, no plano nacional, na Confederação Rural Brasileira

De acordo com registros encontrados no jornal *Terra Livre* (“Mais um Sindicato Rural do Rio”. *Terra Livre*, jan./1963. p. 6), a Associação de Lavradores de Magé foi transformada em Sindicato de Trabalhadores Rurais de Magé em uma assembleia no dia 25 de novembro de 1962, dias após a regulamentação da sindicalização rural, que passou a valer com a Portaria nº 355-A, de 20 de novembro de 1962.⁷ A entidade recebeu no ano seguinte a carta sindical, a primeira concedida a uma ex-associação de lavradores de acordo com Ribeiro (2015).

Embora tenha sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho, esse não foi o único grupo a ter buscado o reconhecimento sindical representando os trabalhadores rurais de Magé. Há no STR de Magé um documento que indica que a fundação do sindicato é de junho de 1962, antes da lei de regulamentação da sindicalização rural.⁸ A referência a esta data foi localizada na Ata da Assembleia de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Magé, documento consultado na própria sede do sindicato. Consta na ata que uma das primeiras ações da diretoria eleita deveria ser providenciar o reconhecimento do sindicato junto ao Ministério do Trabalho. A análise da formação das distintas chapas nos dois sindicatos evidencia as disputas em âmbito municipal pelo controle das entidades de representação dos trabalhadores rurais, conforme salientou Ribeiro (2015). Enquanto a entidade criada em junho de 1962 era orientada por Tenório Cavalcanti, importante liderança política fluminense que atuou na região, a segunda entidade, criada em novembro do mesmo ano e que conseguiu o reconhecimento sindical, tinha orientação da militância comunista. Entre seus membros estavam o presidente Manoel Ferreira de Lima, o vice Valdemar de Souza e o membro do conselho fiscal João Inácio da Silva (RIBEIRO, 2015).

Essa breve menção ao processo de conformação da organização política dos trabalhadores rurais em Magé é relevante para que a história dos conflitos por terra em

(CRB). Em 1965, transformaram-se em sindicatos patronais e a CRB tornou-se CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

⁷ A diretoria sindical eleita em novembro de 1962 era constituída por: Manoel Ferreira de Lima (presidente); Valdemar de Souza (vice-presidente); Benício Fonseca (tesoureiro); Adalberto Marques (procurador); José Desidério, José Antonio de Oliveira e Manoel Ferreira Rodrigues Filho (conselho fiscal); e João Inácio da Silva, Francisco Macial, Raimundo Menagatti, Gesso Chanichorro [leia-se Gerson Chernicharo], Antônio de Azevedo e Onofre Vieira (suplentes do conselho fiscal) (ver Teixeira, 2011; Ribeiro, 2015).

⁸ A diretoria eleita pelo sindicato fundado em dois de junho de 1962 era composta por Orlando Jacinto (presidente), Antonio Firmino (secretário) e Auro Gomes (tesoureiro); Ernestino de Souza Guarino, Honorato Alves e Manoel Carvalho (suplentes da diretoria); Alfredo Barreto, Severino Gangorra e América Pereira (conselho fiscal); Moisés dos Santos, José Pereira e Aprígio José da Silva (suplentes do conselho fiscal) (Teixeira, 2011; Ribeiro, 2015).

torno da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí possam ser entendidos em um plano mais amplo do ativismo político que se conformava no município, mas que não estava descolado dos acontecimentos em âmbito estadual e nacional. Foi nesse momento que se constituíram importantes organizações dos trabalhadores rurais, como as federações estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), herdeira da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), no que se refere à organização sindical dos trabalhadores rurais, além de outros importantes movimentos no país, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul.⁹

3. Atores em cena: a conformação de *posseiros* e *grileiros* e a ocupação de terras em Magé

Posseiros e *grileiros* foram os principais antagonistas nos conflitos por terra no Rio de Janeiro a partir dos anos 1950. Essa identificação dos atores que disputaram terra no Rio de Janeiro desde a segunda metade do século XX deve ser entendida no contexto no qual esta classificação se constituiu: na e para a ação política, como sugere Grynszpan (1987).

No caso estudado, aqueles que se identificaram e foram reconhecidos como *posseiros* eram homens e mulheres com origem regional diversa que chegaram a Magé em busca de terra para viver e trabalhar. Por sua vez, *grileiros* eram aqueles que reivindicavam ser os donos legítimos das terras ocupadas. Eles mesmos não se reconheciam como *grileiros*, mas como proprietários das terras. Essa classificação é feita do ponto de vista dos trabalhadores rurais. A conformação de *posseiros* e *grileiros* se deu, portanto, na experiência da disputa pela terra.

A categoria *posseiro* tem origem na argumentação jurídica dos lavradores e de seus advogados para conseguirem na Justiça permanecer na terra através do usucapião. Com a deflagração de outras disputas por terra, *posseiro* adquiriu um significado mais amplo, englobando diversas categorias de produtores rurais. O termo supunha uma quebra de autoridade, pois questionava o direito que o opositor alegava ter. Dessa forma, referir-se ao opositor como *grileiro* era um meio de questionar sua legitimidade sobre a terra, qualquer que fosse seu vínculo jurídico com ela (GRYNSZPAN, 1987). Assim, a compreensão da conformação de *posseiros* e *grileiros* como atores políticos

⁹ Para um panorama nacional sobre o processo de organização política dos trabalhadores rurais a partir dos anos 1940, ver Medeiros (1989).

não pode ser dissociada do processo de lutas por terras do qual esses atores participaram.

3.1. A fábrica *grileira*

Na disputa pela gleba América Fabril, o ator que veio a ser identificado como *grileiro* era uma fábrica: a Companhia América Fabril (CAF). Isso torna esses conflitos particulares diante das demais disputas fundiárias no Estado do Rio de Janeiro, uma vez que as lutas por terra no meio rural fluminense foram em sua maioria antagonizadas por trabalhadores contra proprietários de terras ou alguém que reivindicava a propriedade das terras.¹⁰

No caso dos *posseiros* da gleba América Fabril, eles precisaram se opor a um grupo econômico relevante nacionalmente, que na primeira metade do século XX chegou a ser a maior companhia têxtil do país. A CAF teve origem na Fábrica de Tecidos Pau Grande, criada em 1878 na localidade de Pau Grande, atualmente parte do Município de Magé, região próxima à gleba América Fabril. Nos anos seguintes a fábrica cresceu e expandiu seus domínios, adquirindo novas unidades fabris em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro.¹¹

Em Pau Grande, a expansão da CAF iniciou-se ainda em fins do século XIX: em 1890 ela comprou a Fazenda Judé e em 1896 as fazendas Cachoeira, Furtado e Porto Rico, todas elas vizinhas à Fazenda Pau Grande (WEID; BASTOS, 1986). A CAF fez ainda outros investimentos. Em 1895, dispunha de uma linha férrea de sete quilômetros conectando a Fábrica Pau Grande à estação de ferro de Raiz da Serra, obra iniciada em 1889. Em 1922, foi construída uma linha férrea de nove quilômetros ligando a Fábrica Pau Grande à Fazenda Cachoeira Grande, área onde foi construída uma unidade de alvejamento da fábrica nos anos 1950 e que já nos anos 1980, também foi objeto de disputas fundiárias.

A história da expansão da CAF em Magé ganha na narrativa dos entrevistados uma versão diferente daquela mencionada até aqui e da que consta nos trabalhos citados. Para eles, a CAF seria proprietária apenas das terras onde estava localizado o núcleo original da Companhia, a Fábrica de Tecidos Pau Grande. O restante do seu domínio na região teria sido obtido através da *grilagem* de terras. Isso incluía a Fazenda Cachoeira Grande, local onde foi instalada a unidade de alvejamento da fábrica e que

¹⁰ Outros casos de disputas por terras envolvendo trabalhadores rurais e empresas aconteceram principalmente no Litoral Sul Fluminense.

¹¹ Para saber mais sobre esse processo, ver Weid; Bastos (1986), Pimenta (2006) e Teixeira (2011).

serviu também como lugar de moradia de alguns operários, e a gleba América Fabril. Há, portanto, uma memória coletiva de diversos moradores da região sobre a ilegitimidade da propriedade das terras sob domínio da América Fabril assim como sobre a maneira como a empresa expandiu suas fronteiras territoriais.¹² Vale lembrar que na história do Brasil não há necessariamente uma superposição dos domínios territoriais e da titulação legal das terras, o que torna difícil precisar os limites dos domínios legais das propriedades rurais.

A concepção de que a fábrica havia grilado as terras correspondentes à gleba América Fabril e à fazenda Cachoeira Grande foi consensual entre os entrevistados, que contaram esta história com a intenção de mostrar a ilegalidade da situação da fábrica em relação às terras que foram disputadas. A concepção dos trabalhadores era que, uma vez que a Companhia América Fabril não era proprietária das terras griladas, elas deveriam pertencer a quem nelas trabalhava e delas tirava seu sustento.

Também uma matéria do jornal *Terra Livre*, de 1963, considera a CAF como *grileira* de terras:

A América Fabril, que possui apenas 11.650 metros quadrados de terras no sexto distrito de Magé, já há algum tempo está se apoderando das terras próximas, chegando a atingir um total de 2.000 alqueires do estado, proibindo a entrada de lavradores para o cultivo da terra. Os camponeses, conhecedores da ilegalidade com que age a companhia grileira e latifundiária, procurando fugir da miséria em que vivem e evitar que seus filhos morram de fome, resolveram entrar nas terras dos latifundiários grileiros que aumentam cada vez mais. Os camponeses da região resolveram, assim, começar a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso (“Terras griladas pela América Fabril ocupadas por camponeses de Magé”, *Terra Livre*, janeiro de 1963. nº 118. p. 6).

Ainda em alguns documentos dos anos 1970 e 1980 que compõem o processo administrativo do Incra referente à desapropriação da gleba América Fabril está indicada a condição de *grileira* da CAF em relação à área disputada. A perícia realizada

¹² Sobre o conceito memória coletiva, ver Halbwachs (2004).

nos anos 1980 para o processo de desapropriação comprovou que ela realmente não era proprietária dessas terras.¹³

Há que se considerar uma particularidade na *grilagem* dessas terras em relação ao que ocorreu em geral no restante do território fluminense nos anos 1950 e 1960. Ao que parece, a *grilagem* não tinha fins estritamente especulativos, ao contrário do que aconteceu em várias outras localidades. A expansão territorial da fábrica buscava novas terras para utilizar a área conquistada como local de moradia para os seus funcionários, como área de plantio de alimentos para o autoconsumo e comercialização para os moradores, em geral operários da fábrica e suas famílias, e como local de produção e extração de matéria-prima para a produção fabril.¹⁴ Vale lembrar que a expansão territorial da CAF para a área vizinha ao seu núcleo original foi uma prática que remonta ao século XIX, quando a fábrica foi criada. O fato de a empresa conquistar terras e demarcar seus domínios por meio da fixação de plantações e casas na região não exclui o possível interesse especulativo da fábrica na conquista das novas terras, no sentido de mantê-las como reserva de valor.

3.2. Os *grileiros* da Fazenda Conceição de Suruí

Segundo os entrevistados, também os supostos proprietários da Fazenda Conceição de Suruí teriam adquirido aquelas terras através da *grilagem*. Um deles contou que havia quatro *grileiros* que dela se diziam donos. O primeiro era Júlio Cecílio Torres, dentista que morava em Copacabana. Depois apareceu Adriano Gonçalves Pereira e Conceição Izabel Fontes, que eram casados. Por último, surgiu Francisco Pereira Garcia, dono de uma rede de açougues em Niterói e São Gonçalo (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

De acordo com os entrevistados, o principal interesse dos *grileiros* naquelas terras era especulativo, no sentido de quererem as terras para vendê-las a um valor mais alto após a sua valorização no mercado. Conforme explicou Antonio Ernesto, Albino

¹³ O laudo pericial foi apresentado no dia 08 de agosto de 1984 por Anael Cesar de Oliveira, perito contratado pelo Juízo. Para uma descrição detalhada do processo que concluiu a condição de *grileira* da fábrica, ver Teixeira (2011).

¹⁴ Salmerck Cabral da Silva, ex-funcionário da CAF e ex-dirigente da Associação de Pequenos Produtores de Cachoeira Grande (APPCG), explicou que a fábrica produzia mandioca e extraía lenha, por exemplo. O plantio de mandioca era feito para produzir uma goma que seria utilizada para engomar os fios na produção dos tecidos. A lenha era utilizada para alimentar as caldeiras da fábrica (entrevista com Geremias Cabral da Silva e Salmerck Cabral da Silva concedida a Leonilde Medeiros em julho de 2001, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Pereira Lobo, um *grileiro* que loteava terras em vários lugares do Rio de Janeiro, inclusive em Magé, ficava na Praça Mauá, centro do Rio de Janeiro, e lá encontrava pessoas interessadas em comprar terras. Ele então levava os interessados até algumas áreas para vendê-las:

Naquela época, o ônibus pra chegar aqui, era tudo estrada de chão, ele levava umas oito horas. Ele marcava com o pessoal que ia comprar lote, fazia uns panfletos assim, pegava alguns, em 60 e pouco, tinha que sair duas horas da manhã, três horas da manhã da Praça Mauá pra chegar aqui onze horas do dia. Chegava onze horas do dia pra mostrar terreno pra vender. Teve quem comprou e depois sumiu, largou. Não tinha transporte, não tinha nada. Largou isso aí (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Antonio Ernesto explicou ainda:

Tinha os dias dos caras, um dia entrava a condução, marcava quem queria olhar o lote pra comprar, marcava o dia, trazia. Também não tinha escritura, promessa de compra e venda, que é escritura provisória, até o cara acabar de pagar, que é pra ir pro cartório, e formar a escritura legal. Não tinha. Tanto aqui, esses caras só faziam um bloco de talõezinhos, de cem talõezinhos cada bloco, e marcava. Você pagou a mensalidade e dava uma carteirinha pra você (idem).

Antonio Ernesto fala também sobre a prática dos *grileiros* de tentar conseguir o que na época se chamava de “escritura do abraço”. Por meio dessa prática, os *grileiros* tentavam comprar a terra de algum *posseiro* no interior de uma fazenda ocupada, fazendo-o assinar um documento reconhecendo a transação. O documento então era geralmente utilizado em um processo judicial com o argumento de que toda a terra adquirida referia-se a totalidade da fazenda e não somente à posse comprada. Segundo alguns entrevistados, outra prática comum entre os *grileiros* foi promover reuniões com posseiros para nessas situações conseguir uma lista de assinaturas deles. Essa lista era utilizada para forjar documentos cujo teor registrava que os signatários do documento reconheciam a propriedade da terra do suporte *grileiro*.

Segundo Antonio Ernesto, Júlio Cecílio Torres chegou à Fazenda Conceição de Suruí e comprou a terra de dois *posseiros* que já moravam lá. Conceição Izabel Fontes agiu de forma semelhante, de acordo com alguns entrevistados: ela teria comprado a posse de uma pessoa e através deste documento alegou que toda a área do entorno era

sua. Um dos entrevistados conta: “Com esse documento, ela e os advogados, com testemunha e tudo, deu entrada na Justiça para retirar o pessoal. O pessoal não recorreu a ninguém. Quer dizer, houve uma vacilação. Aí ela foi e garfou” (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros no dia 30/09/1982).

As entrevistas indicam também que a ação dos *grileiros* na Fazenda Conceição de Suruí não dispensava o recurso de ameaças aos *posseiros* que ocuparam aquela região. Segundo Pelé, quando se estava na terra, ainda em condições precárias, sem casa, mas vivendo em um barraco, o *grileiro* chegava para expulsá-los, usando da força que tinha para isso.

3.3. A ocupação das terras pelos *posseiros*

A ocupação da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí remonta aos anos 1950 e início dos 1960. Diversas famílias chegavam de variadas regiões do Estado do Rio, mas também do Espírito Santo, Minas Gerais, principalmente, e do Nordeste. Buscavam um pedaço de terra para viver e plantar, como de resto acontecia em toda a Baixada. A maioria das famílias que chegaram às terras da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí dedicou-se ao cultivo de lavouras de alimentos. É importante perceber que, enquanto esta ocupação ocorria, a CAF já estava na região.

Os entrevistados, ao relatarem a chegada naquelas terras, em geral tentavam destacar como o processo de ocupação foi difícil. Eles contaram que eram áreas relativamente desertas, pantanosas e cobertas de mato alto. “Nós abrimos tudo no peito: estradas...”, disse um dos lavradores entrevistados (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros em 30/09/1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ). Já outro entrevistado, ao falar sobre a ocupação de terras em Magé, contou que no momento em que chegou em Magé a região, “era uma mata, um deserto. Só mesmo um trabalhador rural teria coragem de entrar aqui” (idem). O trecho destaca a imagem do trabalhador rural como um desbravador, valorização feita para justificar o mérito daquelas famílias em ficarem naquela região. Antonio Ernesto contou que mesmo os *grileiros* começaram a aparecer após os trabalhadores rurais abrirem os caminhos para cavalo: “Aqui não tinha estrada, não tinha nada, fizemos no braço. Até o trilho do burro pra tirar produção foi feito no braço, fizemos tudo no braço” (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Foi comum no discurso dos entrevistados a afirmação de que chegaram à região porque souberam que havia ali terras disponíveis para ocupar.¹⁵ No entanto, não sabiam explicar como tiveram notícias sobre essas terras, mesmo quando questionados sobre isso, mas, ao longo da conversa, acabavam revelando que antes de chegarem a Magé havia normalmente alguém na área, um parente, vizinho ou conhecido que lhes informava sobre a possibilidade de ocupar uma área. Ao que parece, havia uma rede de contatos que divulgava notícias sobre terras e trabalhos disponíveis. Segundo Antonio Ernesto, novas pessoas chegavam à região trazidas pelos seus parentes, que mandavam buscar seus familiares em outros lugares. Quando perguntado sobre como havia chegado à Fazenda Conceição de Suruí, Antonio Ernesto disse: “Ah, um vem e compra, aí vai dando notícia. Daí a pouco tá cheio de gente” (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

A ocupação também aconteceu como um resultado imprevisto da construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, iniciada em 1956, que provocou a valorização das terras ao seu entorno. O começo da obra na estrada coincidiu com o início da intensificação da chegada de *posseiros* na região e da reivindicação dessas áreas pelos supostos proprietários (RIBEIRO, 2015). Nesse período e até 1962 há diversos registros na imprensa que denunciavam a ação de capangas armados contra os lavradores que ocupavam essas terras, relata Ribeiro (2015).

A história da chegada de Antonio Ernesto na região é um dos exemplos do processo de chegada de famílias em Magé. Em 1962, ele e sua família deixaram o Estado da Paraíba rumo ao Rio de Janeiro.¹⁶ Nos primeiros meses em terras fluminenses, moraram em Duque de Caxias, município da região metropolitana do estado, que faz limite com Magé. Alguns meses depois já viviam em Conceição de Suruí, no mesmo local onde vivem atualmente. Segundo Antonio Ernesto em 1962 não havia muitas pessoas em Conceição de Suruí, tendo sido ele e sua família um dos primeiros *posseiros* destas terras. Entre aqueles que estavam na região antes citou Toizinho, que fazia parte de um grupo de agricultores que havia se instalado na fazenda

¹⁵ Nessa época, também chegou a Magé um grupo de japoneses, vindos de São Paulo, como disseram alguns entrevistados. Ao contrário de grande parte dos brasileiros, eles já traziam tratores e até financiamento ou a certeza de comercialização de seus produtos através da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Contudo, as entrevistas não trouxeram dados que permitissem explorar esta questão, que permanece como campo de pesquisa a ser desenvolvido.

¹⁶ Antonio Ernesto já havia deixado seu estado natal antes. Havia morado anteriormente no Rio de Janeiro e em Brasília, na área urbana. Em 1962, retornou à Paraíba para buscar sua família para viver com ele no Rio de Janeiro.

com a permissão de Júlio Cecílio Torres, que alegava ter a propriedade das terras. Essa informação mostra que a Fazenda Conceição de Suruí não estava ocupada somente por *posseiros*, mas também por pessoas que estabeleciam acordos com o suposto dono da propriedade. Essa situação foi narrada por Toizinho e sua esposa. Em uma conversa informal, ela explicou que morava na Fazenda Conceição de Suruí à convite do Júlio Cecílio Torres. Em troca da casa e da terra para plantio, eles cuidariam da fazenda e faziam companhia para o proprietário enquanto ele estivesse na região, pois ele sempre estava sozinho porque sua família vivia na cidade. A ênfase da esposa de Toizinho em destacar o modo como chegou à fazenda teve o propósito de se diferenciar das outras pessoas que chegaram à região, segundo ela, os *invasores*. É assim que ela e seu marido se referem à família de Antonio Ernesto, por exemplo. Eles contaram que, de repente, um dia viram uma família de *paraíbas* morando em uma área que supostamente pertencia a Júlio Cecílio Torres. Perguntados sobre o que Júlio Cecílio Torres fez com os *invasores*, Toizinho e sua esposa disseram que ele foi até lá conversar com eles e pedir que saíssem, mas os *paraíbas* o ameaçaram e disseram que ficariam ali, pois aquelas terras não tinham dono. Questionados sobre o que aconteceu depois, disseram que nada, pois Júlio Cecílio Torres, um senhor de idade já avançada, ficou com medo e preferiu deixar a situação como estava.

Interessante notar que, na narrativa de Toizinho e esposa, Júlio Cecílio Torres transformou-se na vítima do processo de ocupação de terras. Essa elaboração é compreensível considerando-se que havia uma boa relação entre eles e Júlio, a quem consideravam um amigo e eram gratos por terem lhes concedido trabalho e moradia. Enquanto isso, os novos *ocupantes* eram vistos como os algozes da situação e se diferenciavam daqueles que estavam na terra com a permissão do fazendeiro.

Mas, de acordo com a entrevista com Antonio Ernesto, Júlio Cecílio Torres não aceitou passivamente a ocupação da Fazenda Conceição de Suruí e recebia de alguns *posseiros* parte dos produtos cultivados como meio de pagamento para permanecerem na terra. Para os *posseiros* estava em jogo evitar o enfrentamento direto, situação que lhes causava medo, insegurança, intranquilidade e, algumas vezes, violência física. Essa situação mostra que a relação entre *posseiros* e *grileiros* não foi só de enfrentamentos diretos. Tampouco foi feita somente do abandono das terras pelos *posseiros*. Entre a opção de ficar e lutar contra o *grileiro* e seus apoiadores e abandonar a terra havia dinâmicas de relação entre *posseiros* e o *grileiro* que garantiam a permanência dos *posseiros* na terra.

Se em um primeiro momento, nos anos 1950 e início dos 1960, a ocupação de terras parece ter sido a principal forma para as pessoas conseguirem um lote em Conceição do Suruí e na América Fabril, nos anos seguintes a *compra da posse* afigurou-se como a prática mais comum de acesso à terra. Esse foi o caso de Pelé, que explicou que *comprar a posse* ou *comprar o direito* significava comprar as benfeitorias que havia na terra e não a terra em si. Pelé disse: “[...] quando a gente veio para cá era *direito*, você comprava o pé de planta que tinha ali, o pé de manga, o pé de banana, igual eu comprei na época, mas não era terra que a gente comprava”. Entretanto, só depois, quando da investida dos *grileiros*, soube que *comprou o direito* e não a terra. Esta situação também aconteceu com outras pessoas.

A *compra do direito* de posse foi utilizada por um dos entrevistados como uma forma de se diferenciar daqueles que haviam ocupado as terras. Jair disse que quando chegou à Cachoeira Grande, em 1960, já havia muita gente na região. Ele explicou que nunca ocupou terra porque gosta de “ter o direito na sua mão”. Perguntado sobre o que é comprar direito, ele disse: “Direito é a pessoa que ocupava, a pessoa que tinha a sua posse da terra, né, e pegava e vendia o direito [trecho inaudível], suas benfeitorias, né, suas bananas, suas canas, seu barraco” (Entrevista com Jair concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

Muitas pessoas que se deslocaram para a região estudada não foram identificadas como *posseiros*, porque nem todos foram ocupar terras, mas sim morar na Fazenda Cachoeira Grande, área vizinha à gleba América Fabril, onde viviam aqueles que eram contratados para trabalhar na fábrica. Eram, portanto, operários da indústria têxtil, mas que dedicavam o tempo livre do trabalho na fábrica ou mesmo a mão de obra de membros da família que não eram empregados da indústria para cultivar a lavoura e produzir alimentos para o próprio consumo ou para a venda no local, feita a partir da intermediação da fábrica. Essas pessoas chegaram de diversos locais do Estado do Rio de Janeiro, mas também de outras regiões do país, com o interesse de trabalhar na fábrica e/ou na lavoura. É o caso da família de Janice Duarte, que chegou a Cachoeira Grande em meados dos anos 1940, quando ele ainda era criança, vindo de Italva, então distrito do município de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Seu pai mudou-se para Magé quando soube que havia oportunidades de emprego em uma fábrica. Trabalhador rural, pretendia continuar trabalhando na roça e planejava conseguir para seus filhos trabalho como operário. Sobre a distribuição da terra, Janice explicou: “A fábrica mandava uma pessoa ir lá, via a terra que a pessoa queria, o tamanho que a pessoa

queria... Meu pai chamava Zé... ‘Aqui é do seu Zé [...]’ Eles davam... e comprava toda a produção” (Entrevista com Janice concedida a Leonilde Medeiros em 03/05/2001). A exigência da empresa para a concessão das terras, segundo Janice, era que toda a produção deveria ser vendida para a própria fábrica.

Portanto, Janice já estava instalado em Magé no momento de ocupação da gleba América Fabril. Por meio do seu depoimento pode-se perceber como a ocupação de terras pelos *posseiros* foi vista por aqueles que eram empregados da fábrica e já estavam instalados na região antes da chegada dos novos ocupantes. Na perspectiva de Janice, a área conhecida como gleba América Fabril estava sob o domínio da fábrica até o começo das “invasões” de terras pelos posseiros. Segundo ele, um grande número de pessoas de fora foi chegando e invadindo as terras e isso provocou uma reação da empresa, deflagrando assim as lutas por terra na região.¹⁷ Janice se lembra de que pessoas desconhecidas chegavam e pegavam seu pedaço de terra, não poupando nem mesmo as terras com lavoura dos funcionários da fábrica que lá se localizavam, embora essa prática não tenha sido muito comum. (Entrevista com Janice concedida a Leonilde Medeiros em 03/05/2001).

Manoel Ferreira contou que as pessoas chegavam e logo iniciavam plantação. Mas não faziam isso sem encontrar resistência. Algumas vezes, os *posseiros* eram hostilizadas pela polícia e pelo pelotão do Exército, que atuavam com o objetivo de inibir sua instalação nas terras, a pedido dos agentes da fábrica. Alvino França, administrador da área rural da CAF, contou como a fábrica reagiu diante destas ocupações: “[...] primeiramente a Companhia botou policiamento aí para vigiar, para ninguém entrar. Aí veio outro policiamento mais alto que aquele e botou o pessoal para correr. Aí o pessoal entrou, mais de 500 pessoas...” (Entrevista com Alvino França, concedida a Leonilde Medeiros em 02/05/2001). Alvino França dizia que avisava à fábrica que havia pessoas invadindo as terras e que não se intimidava com a chegada dos ocupantes. De acordo com as suas palavras:

Eu ainda tinha peito de entrar no meio deles, com revólver na cintura, aquela coisa, não é? [trecho inaudível] Eu tinha que

¹⁷ Antonio Ernesto disse: “Porque o pessoal tem um negócio de falar invasão, e diz que se invade uma coisa quando tá pronto pra comer ou beber, você bota essa mesa aqui cheia de salgadinho... Aí o dono, que tá acomodando, tem muita gente, principalmente, diz: ‘espera a hora, que a gente vai anunciar, todo mundo tem a participação, de comer o bolo’. Daí a pouco nego invade, tem a invasão. Isso é invasão; mas a terra não. A terra é ocupada pra fazer dar fruto” (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 21/07/2010).

andar armado. Chegava aquela turma de Minas, de mineiro para trabalhar comigo, como é que eu ia fazer? Eu tinha que andar armado. [trecho inaudível] Nunca me dei mal. O resto que trabalhava aí comigo é tudo mal falado até hoje aí. Administrador igual eu é difícil... (Entrevista com Alvino França concedida a Leonilde Medeiros em 02/05/2001).

Este trecho revela não só a autovalorização do entrevistado, mas também dá indícios de uma possível intimidação que ele exercia sobre os demais trabalhadores, dando uma dimensão do tipo de tensão à qual os posseiros foram submetidos.

Também parece ter influenciado na chegada de pessoas de diversas partes do estado e do país em Magé a atuação de Tenório Cavalcanti no município, político fluminense era proprietário do jornal *Luta Democrática*, onde havia anúncios sobre a disponibilidade de terras livres para viver e cultivar, sobretudo a partir de 1959.¹⁸ Um destes anúncios dizia:

Sítios e chácaras em Magé. Sem entrada e sem juros. Centro de grande produção, todas as ruas abertas com valas laterais, sítios demarcados, muita água, matas e rios. Fornecimento gratuito de mudas. Cooperativa em final de organização e escola pública em funcionamento. Condução de trens e ônibus passando junto ao loteamento. Reserve um lugar em nossas caminhonetas, sem qualquer despesa (*Luta Democrática*. 26/02/1959. p. 4. Citado por RIBEIRO, 2015, p. 176, nota de rodapé).

Conforme indicam os documentos que compõe o processo BNM 302 que investigou as ocupações de terra em Magé, houve grupos de trabalhadores e de pessoas ligadas a Tenório Cavalcante que organizaram a instalação de trabalhadores nas terras de Magé, algumas vezes em colaboração e outras não. Essa prática foi criminalizada e o processo BNM 302 é expressão disso. Talvez por isso alguns dos entrevistados tenham preferido dizer que não se lembravam de como souberam de terras disponíveis para ocupar. Ou talvez por isso eles tenham esquecido como chegaram a Magé. Pode tratar-se de uma artimanha da memória, silenciar ou esquecer seletivamente um passado sobre o qual não se quer falar ou sobre o qual não se lembra mais.

Tenório Cavalcante foi importante não só no processo de ocupação da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí, em Magé, mas também em outros municípios do Rio, como Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu. Influente político,

¹⁸ Para saber mais sobre Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, ver Grynszpan (1987; 1990).

construiu sua liderança política na Baixada Fluminense através do uso da violência e de mecanismos clientelísticos, prestando assistência e segurança.

Além da atividade política, Tenório dedicou-se também às funções de jornalista e advogado. Como jornalista, criou o jornal *Luta Democrática*, em 1954, peça fundamental para ampliar sua área de penetração e legitimar seu discurso por meio da formação de uma opinião pública favorável. Como advogado, Tenório atuou nos anos 1950 em casos rumorosos.¹⁹ Com sede no Rio de Janeiro, o jornal foi se expandindo e criando filiais em alguns bairros, como Campo Grande, e municípios, como Niterói, capital do Estado do Rio na época, Duque de Caxias e Magé. A inauguração da filial do jornal em Magé ocorreu em setembro de 1954, durante a campanha eleitoral de Tenório. Essa sede fechou no início de 1956 (RIBEIRO, 2015).

O vínculo entre Tenório e os lavradores começou a se formar na campanha para o governo fluminense, em 1962. A *Luta Democrática* manteve sua posição favorável aos lavradores após o pleito e a derrota de Tenório. Um grupo ligado ao jornal e ao deputado passou a incentivar e até mesmo promover resistências e ocupações de terras (GRYNSZPAN, 1987, 1990). Tendo se constituído como liderança política a partir da região de Duque de Caxias, sua influência exerceu-se também em Magé. De acordo com Silveira-Lindoso, correligionários de Tenório Cavalcante buscavam ampliar a influência de deputado no estado, sobretudo na Baixada Fluminense. Foi por isso que se aproximou dos trabalhadores rurais.

Em Magé, os correligionários de Tenório organizavam os *posseiros* para ocuparem as terras dominadas pela fábrica e os orientavam sobre como proceder após a ocupação: deveriam limpar a mata e construir um barraco para marcar presença nas terras ocupadas.

A aproximação de Tenório das classes populares deve ser entendida no contexto de seu afastamento da UDN, quando empreendeu uma virada política em sua trajetória, mudando de forma radical seu discurso, propostas e alianças. De acordo com Grynszpan:

Num quadro marcado pela polarização e a intensificação dos embates políticos, buscando diversificar e ampliar seu campo de ação alargando, ao mesmo tempo, suas áreas de penetração eleitoral, competindo localmente com setores de esquerda e

¹⁹ Como o “Crime da Machadinha” e o “Crime do Sacopã”. No primeiro, Araci Abelha era acusada de matar seu marido e no segundo o réu era o tenente Bandeira (GRYNSZPAN, 1987, 1990).

trabalhistas, embora aproximando-se, no âmbito Federal, do Governo presidido por João Goulart, Tenório adotaria palavras de ordem como a da reforma agrária e o combate ao imperialismo, passando a dar suporte a manifestações e movimentos reivindicatórios operários e camponeses (GRYNSZPAN, 1990).

Deve-se deixar claro que, no pré-1964, Tenório estava afastado das forças udenistas às quais esteve ligado por muito tempo e passou a alinhar-se às forças nacionalistas e democráticas. Fez parte da frente que lutou pela posse de Jango e deu respaldo às bandeiras reformistas (BELOCH, 1986). Sua nova posição política tornava-o inimigo do novo governo que se instaurara e por isso fora cassado após o golpe de 1964.

A presença de Tenório em Magé é lembrada por alguns entrevistados. Antonio Ernesto, antes de mudar-se para Conceição de Suruí, havia conseguido um lote de terra através dos homens que trabalhavam para Tenório Cavalcanti e que ele havia conhecido em Duque de Caxias. A manutenção de um corpo de funcionários para atuar como intermediário local de Tenório se fez necessária na medida em que se tornou uma figura nacional, o que reduzia as oportunidades de um contato prolongado, direto e personalizado com seus clientes. Dessa maneira, os intermediários eram uma forma de garantir a manutenção, o fortalecimento e mesmo a expansão de seus vínculos com sua clientela local (GRYNSZPAN, 1990).

Antonio Ernesto contou que homens, a mando de Tenório, dividiam os lotes da região para as pessoas que chegavam de diversos lugares do estado e do país.²⁰ Num contexto de crescente mobilização, no início da década de 1960, os próprios homens de Tenório ocuparam terras para em seguida trazer os *posseiros*. Para esta tarefa, o domínio no uso e na administração da violência e a experiência na constituição de grupos armados foram fundamentais (GRYNSZPAN, 1990). Uma vez que as fazendas eram ocupadas, Tenório, em Brasília, e a *Luta Democrática* começavam a pressionar com o objetivo de obter a desapropriação e a entrega destas terras aos camponeses. Grynszpan diz que, concomitante a este trabalho, comissões de *posseiros* eram formadas e levadas por Paulo Valente, primo e antigo secretário particular de Tenório, às autoridades, e manifestações eram promovidas nas cidades, sobretudo em Niterói,

²⁰ Neste momento, Pelé, que também participava da entrevista, concordou com Antonio Ernesto, confirmando a história que ele contava sobre Tenório. Este gesto é ilustrativo da memória dos entrevistados sobre a presença de Tenório em Magé (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

então capital do estado, reivindicando a terra. Quando a desapropriação era obtida, tratava-se de alardear a notícia de que ela se devia ao esforço de Tenório (GRYNSZPAN, 1990).

De acordo com Antonio Ernesto, “[Tenório Cavalcanti] foi o braço forte de todo mundo aqui. Ajudou os *posseiros* a dar cobertura, que dividiu a terra da América Fabril” (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010). Ele, porém, não quis o lote obtido através de Tenório, pois era pequeno e não seria suficiente para abrigar toda a sua família. Foi então que rumou para Conceição de Suruí, onde havia notícias de terras ociosas.

Outro entrevistado que mencionou o apoio de Tenório Cavalcanti nas ocupações de terras em Magé foi Jair, morador da gleba América Fabril. Segundo ele, Tenório levava alimento para as pessoas da região; orientava-as sobre como proceder em determinadas ocasiões, como na elaboração de um documento, e ficava do lado do trabalhador quando este sofria pressão para deixar as terras ocupadas: “Tenório foi um grande companheiro nosso” (Entrevista com Jair, concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010). Ele conta ainda que os trabalhadores iam até a casa de Tenório em Caixas pedir ajuda quando era necessário (*idem*). Além disso, o fato de Tenório receber as pessoas em sua residência para lhes oferecer ajuda revela o tipo de relação de proximidade que este político buscou estabelecer. Citando o livro de uma das filhas de Tenório (CAVALCANTI, 1986), Grynszpan (1990) relata que ele havia constituído um serviço que funcionava durante todo o dia para receber as pessoas que iam lhe fazer pedidos. Para este trabalho, havia três secretárias e 30 atendentes que segmentavam as pessoas por assuntos como emprego, comida, documentos e problemas familiares.

Deve-se entender a atuação de Tenório junto ao campesinato como uma forma de afirmar-se como uma nova liderança no contexto nacional. Para este objetivo, aproximar-se daqueles que ganhavam destaque como atores importantes na cena política, constituindo-se em legítimo representante e porta-voz deste grupo, parecia ser uma estratégia rentável. “Por isso mesmo, seriam estabelecidos vínculos com as organizações camponesas existentes no estado, passando Tenório e seu jornal a apoiar, estimular e dar cobertura a ações suas como invasões de terras” (GRYNSZPAN, 1990, p. 18).

Apesar de manter um corpo de intermediários para atuar nos locais a seu mando, a aparição de Tenório em alguns eventos era uma maneira de o político marcar sua

presença, sempre que possível, no estado e em manifestações e encontros, intervindo e prestando auxílio em problemas pontuais que surgiam (GRYNSZPAN, 1990).

Os entrevistados que fazem referência a Tenório são, em sua maioria, aqueles que estavam em Magé há mais tempo, pois sua atuação se deu no início dos anos 1960 e restringiu-se ao apoio no momento de ocupação daquela área por pessoas vindas de diferentes locais do estado e do país. A sua em Magé se encerrou nos primeiros meses de 1964, porque em 13 de junho desse mesmo ano, Tenório teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos com base no Ato Institucional nº 1.²¹ Beloch relata os passos de Tenório após sua cassação:

Afastado da cena política, Tenório recolheu-se a seu reduto eleitoral, confinou-se ao ambiente em que florescera como fenômeno político-social. Permaneceu desde então a maior parte do tempo em seu sítio de Gramacho, localidade do município. Manteve, contudo, os vínculos com a população caxiense, desenvolvendo sua obra filantrópica, a Fundação São José e o Colégio Maria Tenório. A *Luta Democrática* ressentiu-se da marginalização do proprietário e foi declinando, com tiragens cada vez mais reduzidas, até ser arrendada em 1973 a um grupo de jornalistas encabeçado por Raul Azedo. No final de 1977, o jornal esteve a ponto de deixar de circular, sendo editado apenas esporadicamente. Sob nova propriedade, voltou às bancas em 1980 mas não conseguiu recuperar o antigo prestígio (BELOCH, 1986, p. 60).

4. Deflagração da luta pela terra na gleba América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí, a reação da Companhia América Fabril e o começo da repressão política contra os trabalhadores no pré-1964

Em linhas gerais, os conflitos nestes locais tiveram início a partir da resistência dos *posseiros* às ameaças de despejos empreendidas pelos *grileiros*. A CAF e os supostos donos da Fazenda Conceição de Suruí tentaram despejar os *posseiros* com a intenção de banir os novos ocupantes das terras sobre as quais diziam ter domínio. Alguns *posseiros*, entretanto, recusaram-se a deixar a terra ocupada. Foi o início de uma resistência que atravessou a segunda metade da década de 1960 e a primeira de 1970.

Em setembro de 1962, a CAF enviou um telegrama ao governador fluminense José de Carvalho Janotti, no qual informava que as terras da empresa estavam sendo

²¹ Para detalhes sobre o destino de Tenório nos anos seguintes a sua cassação política, ver Beloch (1986).

invadidas por um grupo de pessoas, levadas para a região em caminhões, e cujo objetivo era subverter a ordem pública. De acordo com o documento, a intenção do grupo em permanecer nas terras era comprovada pelo fato de ali se instalarem com grande quantidade de alimentos, armazenados para durar dias (RIBEIRO, 2015). Concomitantemente, a empresa entrou com uma ação judicial solicitando reintegração de posse das áreas denominadas Cachoeira, Furtado e Porto Rico (área também conhecida genericamente como Rio do Ouro e que compreende a área aqui em estudo, a gleba América Fabril). O juiz concedeu o mandado de reintegração de posse a favor da Companhia. Enquanto isso, o governo fluminense acionou a Secretaria de Segurança Pública e enviou ao município um agente policial, Idemar da Silva Soares, destinado a “promover minuciosas investigações em torno das invasões de terra que vinham ocorrendo nas terras da Cia América Fabril” (Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Magé de 19/12/1962, BNM 302, p. 178-189). Esse agente produziu um relatório, que serviu de base para a avaliação do juiz Nicolau Mary Júnior, que determinou que fosse instaurado um inquérito policial na delegacia de Magé contra um grupo de pessoas consideradas como líderes da ocupação da gleba e responsáveis por tentar desencadear na prática a reforma agrária. O inquérito foi desenvolvido pelo delegado Wilson da Silva Jardim (RIBEIRO, 2015).

O relatório apontou, a partir das investigações realizadas, a participação de Gerson Chernicharo, Aprígio Ferreira da Silva, Orlando Jacinto e Terezinha Vilanova no que foi considerado a invasão das terras da Companhia América Fabril. De acordo com o relatório, todos eles eram “fiéis servidores de Gerson, incumbidos de transmitir suas ordens aos camponeses, cobrar-lhes as contribuições, distribuir-lhes as terras e acitá-los (sic) no sentido de perturbar a ordem social e política para objetivos do comunismo internacional” (idem). O grupo liderado por Gerson Chernicharo obedecia a ordens superiores do então deputado federal Tenório Cavalcanti, e isso não foi identificado pelo investigador naquela ocasião, apontou Ribeiro (2015).

O relatório indica também a existência de outro grupo responsável pela ocupação das terras da gleba América Fabril. Trata-se de Astério dos Santos, Manoel Ferreira de Lima, Irun Sant’ana, Darcy Câmara (vulgo “Darcy Cananeia”), Manoel Paulo Filho, Valdemar de Souza (vulgo “Valdo”) e Ismael Mesquita. O relator afirma que essas pessoas

constituem outro grupo, que age de comum acordo com Gerson Chernicharo e seus prepostos, e que cooperam por todos os meios e modos para a subversão da ordem, desde a incitação à luta pela violência, até a desobediência da ordem judicial, com o mesmo objetivo de estabelecer a luta social e conflito armado para lograrem proveito ideológico, já que se trata de militantes do partido comunista (Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Magé de 19/12/1962, BNM 302, p. 178-189).

O relatório é estruturado em alguns tópicos, sendo o primeiro a descrição dos indiciados e os demais intitulados: “Luta pela violência, atentado contra bens e desobediência coletiva”; “Comícios sem autorização da autoridade”; “Esbulho possessório”; “Atentado contra serviço de utilidade pública”; e “Estelionato”. Cada um desses tópicos serviu de subsídio para o enquadramento penal dos acusados. Mencionar esses aspectos é importante para que se entenda a classificação feita pelos agentes de investigação e julgamento sobre os acontecimentos em questão, indicando uma posição favorável à CAF em detrimento dos trabalhadores.

O relatório é concluído com a indicação do indiciamento de todos os acusados supramencionados, pelos seguintes crimes com base no Código Penal: Esbulho Possessório (art. 161 §1º, II); Estelionato (art. 171); Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública (art. 265). E também foram enquadrados na Lei 1.802/53 (Lei de Crimes Contra o Estado e a Ordem Política e Social), por “incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência” (art. 12); por “incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos” (art. 15); por “instigar, publicamente, desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública” (art. 17); e por “convocar ou realizar comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela política, ou desobedecer a determinação da autoridade competente sobre a sua dissolução, quando tumultuosa ou armada” (art. 19).

Em 25 de junho de 1963, ainda no período democrático, o Ministério Público Militar realizou denúncia contra os acusados e a partir disso se constituiu uma ação penal contra eles, a ação penal 7741 e da sua apelação STM nº 38.350, que constituem o processo BNM 302. Os motivos elencados na acusação seguiram aqueles apontados no relatório mencionado, no que se refere ao Código Penal. Em relação à Lei nº 1.802, de 05/01/1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências, repetiram-se as acusações com base nos artigos 12, 15 e 17,

incluiu-se o artigo 22, alínea “a” (por fazer publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social) e se excluiu o artigo 19 (denúncia do Ministério Público, com data provável 25/07/1963, pois é uma data manuscrita no documento, 2ª e 3ª ocorrências, p. 10-16).

A denúncia feita pelo Ministério Público Militar apresenta uma “descrição dos fatos”, da qual destacamos alguns pontos tidos como relevantes (BNM 302, p. 10-16, 1115-1116, 1277-1299). Os cinco primeiros indiciados, em ordem cronológica (Gerson Chernicharo, Terezinha Vilanova, Aprígio Ferreira da Silva, Orlando Jacinto e Ismael Mesquita)²² são acusados de

a pretexto de darem início à reforma agrária, em meados de 1962, encetaram movimentos de natureza subversiva contra a ordem pública, através de ocupação de vasta área de terras de propriedade da Companhia América Fabril, no 6º distrito de Magé. Assim, sob orientação dos três primeiros e com efetiva participação dos outros dois, usando de artimanhas, semeando vãs promessas, lograram captar a boa-fé de mais de trezentos humildes camponeses, uns da própria região, a maioria de plagas distantes, deste e do estado do Espírito Santo, transportando-os por meio de caminhões para o 6º distrito de Magé (Piabetá e Rio do Ouro), onde invadiram e passaram a ocupar vários alqueires de terras da aludida Companhia América Fabril, o que fizeram com ameaças graves aos diretores da empresa e seus colonos. E, concomitante, com o esbulho possessório, apossaram-se de todas as lavouras brancas situadas na localidade, devastaram diversa reservas florestais, fizeram roçadas, erigiram choupanas e algumas plantações.

As cinco pessoas mencionadas são acusadas de incitar os lavradores à luta pela violência, instigando-os a resistir ao cumprimento da medida judicial. Os demais acusados no processo, Manoel Ferreira de Lima, Valdemar de Souza, Benício Fonseca, Levy Martins dos Santos e Pedro Silva Jordão, são acusados de:

com o eventual afastamento dos integrantes do primeiro grupo, assumiram o comando das novas incursões às propriedades rurais do município, o que fizeram precedido da arregimentação de lavradores de regiões estranhas, elevando a mais de quatrocentos. De então, nos meses de março e abril do corrente ano (1963), invadiram vastas áreas que compreendem a Fazenda Cachoeirinha, de propriedade de Durval de

²² Há a informação no processo de que os cinco indiciados pertenciam à Associação dos Lavradores de Santo Antônio, presidida por Gerson Chernicharo.

Menezes, e integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda. e Sítio Santa Amélia, pertencente ao General Antônio Gomes Carvalheiro [...]. Como resultante do ilícito procedimento, nova eclosão se fez sentir contra a ordem político-social.

O documento menciona ainda que novas “invasões” foram registradas por inspiração dos mencionados indiciados, dessa vez no 4º Distrito de Magé. De acordo com a denúncia do Ministério Público Militar, eles usaram de processos anteriores para dirigir a ocupação das fazendas Marylandia e Caioba, de propriedade do cidadão Benjamin Fonseca Rangel, e Vale das Cascatas, pertencente a Imobiliária Goulart Ltda.

Esse segundo grupo é considerado integrante do Sindicato dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos de Magé, antiga Associação dos Lavradores de Magé, presidido, nas palavras do documento, pelo “extremista” Manoel Ferreira de Lima. O uso do termo “extremista” não se dá sem motivos, mas visa construir uma imagem de um inimigo que busca romper com a ordem social por meio de ações vistas como radicais, tais como ocupações de terras e resistências armadas.

No trecho do relatório citado a seguir aparece claramente a maneira como a investigação interpreta as atividades dos acusados. São esses os elementos que caracterizam o que a investigação entende como sendo um caráter subversivo dos acusados.

Ainda os mesmos indiciados, à guisa de promoverem a reforma agrária no município, sem os suportes da lei, lançam-se aos processos violentos, com exclusivo propósito de subverter a ordem pública: aqui realizando invasões de propriedades alheias; ali promovendo comícios, reuniões, e fazendo declarações ostensivas à imprensa, concitando sempre os camponeses a se rebelarem contra as autoridades; acolá pela distribuição ostensiva de boletins agitadores, além da elaboração de planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social.

É interessante notar que a denúncia oferecida pelo Ministério Público enquadra os indiciados em uma série de sanções previstas em lei, mas algumas dessas sanções em específico nos permitem refletir sobre a dimensão política não só da denúncia em questão, mas também da repressão frente aos conflitos no campo, que se manifestam já desde o pré-64.

No relatório, o investigador analisa que o grupo que ele identificou como de

comunistas, formado por Manoel Ferreira de Lima, Darcy Câmara, Irun Sant’Anna, Astério dos Santos e Valdemar de Souza, com o propósito de investir na “subversão social”, entrou em entendimento com Gerson Chernicharo, passando a colaborar com ele. O relatório menciona que sequer a reintegração de posse obtida pela empresa freou o processo de chegada de novas pessoas na região levadas por Gerson.

Tudo isso sem mencionar as acusações habituais de que os líderes dos posseiros estavam elaborando “planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social”, tendo em vista que “sem os suportes da lei, lançaram-se aos processos violentos” [BNM 302. fl.10.]. Sob este aspecto, porém, a singularidade – ao menos para aquele município – era o registro de que homens armados percorriam a região em defesa dos posseiros. Dentre os depoimentos, destacamos a fala do advogado da América Fabril, Jayme dos Santos Figueiredo, afirmando que, devido à atuação desses “bandos” nas terras de sua cliente, o gerente da fábrica teria solicitado a cessão de três soldados à fábrica de pólvora Estrela, vinculada ao Exército Brasileiro (EB), para que pudessem vistoriar a área do manancial e da usina que abastece o bairro de Pau Grande. O advogado foi ainda mais incisivo ao afirmar que os posseiros “estão ali a mando do deputado Tenório Cavalcanti”, que “garantiria a permanência nas terras” [BNM 302. fls.52-53], citado por RIBEIRO, 2015, p 179-180.

O trecho citado oferece também mais um indício da articulação existente entre agentes privados e públicos na atuação contra os trabalhadores. De acordo com o advogado da CAF, o gerente desta fábrica solicitou o apoio do Exército para vistoriar uma área da empresa. O trecho mostra também que em alguma medida havia uma articulação entre os atores locais em suas ações contra os trabalhadores, como ilustra o pedido de apoio da CAF à fábrica de pólvora Estrela.

A questão da defesa armada que o deputado oferecia aos posseiros parece ter sido um dos elementos responsáveis pelo desencadeamento de uma separação entre o grupo do Manoel Ferreira e o grupo do Tenório. Em entrevista concedida a Leonilde Medeiros ainda em 1982, citada por Ribeiro (2015), Manoel Ferreira afirma ter negado o apoio armado de Tenório. Em momento anterior, durante o depoimento que prestou no decorrer do processo do qual era acusado, Manoel Ferreira afirmou que em razão de divergências políticas, Gerson Chernicharo teria se afastado da região aproximadamente em dezembro de 1962, desaparecendo logo depois junto com os seus demais aliados. Por outro lado, Gerson também deixou claro, em depoimento, suas desavenças com

Manoel Ferreira, que teriam se iniciado por “ciúmes do mesmo, devido ao seu trabalho assistencial” [BNM 302. fl.399], citado por Ribeiro, 2015, p. 180.

Ribeiro (2015) sugere que as investigações do processo aberto na delegacia de Magé sofreram influência das diversas ocupações de terra que se intensificaram na região no pré-1964, sobretudo na área da beira da estrada Santo Aleixo-Piabetá, tais como a Fazenda da Cachoeirinha, de propriedade de Durval de Menezes, e integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda., e do Sítio Santa Amélia, pertencente ao general Antônio Gomes Carvalheiro. Com isso, o inquérito motivou a abertura de um processo no Superior Tribunal Militar (STM) após 1964 que só foi concluído em 1970. O processo no STM se baseava na tese de que os trabalhadores acusados estavam colocando em risco a segurança nacional, como foi comum a outros processos semelhantes na época.

Um dos resultados desse processo foi a prisão de Manoel Ferreira de Lima. Sua prisão preventiva e de outros trabalhadores havia sido decretada ainda em julho de 1963, mas Manoel Ferreira esteve foragido até 1964, quando foi preso em 8 de abril, de acordo com Ribeiro (2015). Em entrevista concedida a Sonia Gonzaga em 1980, citada por Riberio (2015, p. 226), Manoel Ferreira relata:

(...) Fui conduzido pra prisão de Itaboraí e naquela prisão passei sacrifícios. (...) Com dois dias veio um elemento oficial, me reconheceu e ainda disse o seguinte: “Ainda tá vivo? É muita sorte!” (...) Mais ou menos no dia 11 a polícia de Magé foi me tirar (...). Me algemaram, os braços pra trás, vim sendo espancado desde Itaboraí até Magé, só na cara (...). Pois bem, chegando na cadeia (...) mais de dez me pisaram a pele, me seguraram, isto é, algemado, então a mais de dez fiquei um molambo. Fiquei duas horas quase sem sentido (...). Fui tirado pra presença do juiz e ele então me fez a pergunta: onde é que eu estava refugiado quando da prisão preventiva. E eu contei onde estava e ele ficou um pouco duvidoso porque eu tava vizinho aqui do município. Pois bem, eu estava ali, e na hora eu disse ao Dr. Juiz que já estava quatro dias sem alimentação e que não aguentava mais pancada. (...) Então o juiz ordenou que me desse alimentação e que não me espancasse mais (...).

Manoel Ferreira de Lima e outros acusados responderam por esse processo até os anos 1970, quando ele foi concluído. Vale lembrar, entretanto, que o processo de contenção do que era visto como “atos subversivos da ordem” começou a ser desenvolvido ainda no pré-1964, durante o regime democrático, denotando que as

forças conservadoras que buscavam abortar o processo de reforma agrária em gestação atuaram muito antes da instauração do regime civil-militar em 1964.

5. Repressão no campo: formas de violência contra os trabalhadores rurais

Em Magé, o STR foi mais um entre tantos sindicatos que fecharam no Brasil após o golpe. Nos arquivos do STR, após a ata da assembleia geral extraordinária do sindicato, realizada em 21 de junho 1962, somente foi encontrado um novo registro em 27 de julho de 1968, por ocasião de uma assembleia eleitoral. Embora a ausência de registro de atas de assembleias não signifique necessariamente a inexistência da atuação sindical, este dado é indicativo de que, por um momento, o STR provavelmente não funcionou normalmente.

Medeiros (1989) avalia a ação dos trabalhadores rurais no pós-golpe. Para a autora, onde os sindicatos se reestruturaram, suas ações se destinaram basicamente a garantir alguns direitos conquistados no período anterior. Em locais onde os conflitos fundiários existiam, quando o sindicato agia, era buscando garantir que os trabalhadores permanecessem na terra, seja através de ações na justiça, seja por meio do pedido de desapropriação da área com base no Estatuto da Terra.

Em Magé, a mobilização dos trabalhadores do campo não desapareceu, pelo menos nos casos da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí. Entretanto, seguiu sob ameaças e perseguições.

Antonio Ernesto conta que, após o golpe, a perseguição aos trabalhadores rurais cresceu em Magé. Os despejos passaram a acontecer do dia para a noite e as intimidações aumentaram. Os *grileiros* passaram a agir com mais intensidade, inclusive com apoio dos policiais, e começaram a despejar os trabalhadores rurais de suas casas mesmo sem mandado judicial. Segundo alguns entrevistados, os policiais apenas alegavam que os trabalhadores rurais eram *subversivos* ou *comunistas* e isto era suficiente para justificar o despejo. Os policiais agiam, conforme foi relatado em algumas entrevistas, a mando dos *grileiros*, que os pagavam para executar os despejos. Para Antonio Ernesto, foi um tempo difícil e por isso era preciso ter cuidado em suas ações, pois qualquer ato podia ser utilizado pela polícia como justificativa para prendê-los e/ou agredi-los.

Estas falas dão materialidade à observação de Palmeira (1985) sobre a gravidade da repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo, uma vez que foram atingidos pela intervenção direta do aparelho repressor

estatal e pela violência privada dos proprietários. O medo de ser despejado, agredido ou mesmo assassinado fez com que inúmeros trabalhadores e suas famílias deixassem a terra ocupada rumo a outro lugar. Outros, por sua vez, resolveram permanecer e lutar pela desapropriação.

Ao longo da década de 1960 e primeiros anos da de 1970 ocorreu também um movimento de saída de *posseiros* das terras ocupadas. Os entrevistados revelaram que este abandono deveu-se à forte pressão que os *posseiros* sofriam dos *grileiros*. A saída dos *posseiros* é, portanto, um indício de que a ação dos *grileiros*, pelo menos em parte, foi bem-sucedida. Indica também o grau de tensão a que estavam submetidos. De acordo com os entrevistados, o abandono da área aconteceu durante todo o período da luta pela terra na região, mas se intensificou nos momentos nos quais a repressão era mais forte, como no pós-golpe de 1964. A referência ao medo da violência em suas diferentes expressões (agressões, ameaças, destruição de benfeitorias etc.) foi o principal motivo para os trabalhadores deixarem suas casas e fugirem da repressão que vinham sofrendo. Um entrevistado relatou, por exemplo, que em 1964, após uma ação do Exército, que despejou e queimou as casas de alguns *posseiros*, estes abandonaram a terra ocupada. Outro entrevistado contou que abandonou a vida no campo e foi trabalhar na cidade devido ao perigo constante de despejo. Outros trabalhadores rurais e suas famílias tiveram o mesmo destino (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros em 30/09/1982). O depoimento de Antonio Ernesto coincide com os anteriores. Ele explicou que os *posseiros* deixavam suas terras porque temiam ser despejados e porque tinham medo da polícia e da violência. O fato de eventualmente aparecer alguém morto gerava ainda mais medo entre as pessoas, que temiam ser a próxima vítima. Segundo ele, somente na gleba América Fabril foram três vítimas fatais, em circunstâncias que, até hoje, permanecem sem esclarecimentos.

A ameaça ou a ocorrência de despejos e/ou atos violentos, entretanto, não provocou a saída de todos os trabalhadores das terras ocupadas. Foi significativo o número de *posseiros* que, junto com suas famílias, permaneceram na terra. Ao que parece, foi principalmente a falta de alternativas de mudança para outro local que fez com que essa fosse a opção. Mas não foi só isso. Também a concepção de que a ação dos *grileiros* era um ato injusto, pois a terra deveria pertencer a quem nela trabalhava, mobilizou famílias a não deixarem suas posses.

Antonio Ernesto está entre os que resolveram permanecer na terra. Contudo, mesmo na sua família, esta opção não foi consensual. Alguns deles abandonaram a

região após serem ameaçados de morte por um dos *grileiros*. No trecho a seguir, ele fala sobre suas motivações para ter permanecido na Fazenda Conceição de Suruí.

Marco: Por que o senhor resolveu ficar?

Antonio Ernesto: Porque eu digo ó, a minha família nunca correu de rastro de onça, só quando vê a onça. Botei na cabeça que ia ficar aqui. Fiquei aqui, comecei a trabalhar, logo depois eu casei aí mesmo, com uma menina da roça mesmo, vamos fazer 44 anos de casado. Estamos aí. O homem tem que ter coragem, primeira coisa é coragem, muita fé naquilo que ele faz. O cara não pode desanimar. Ou, se ele olhar assim, se voltar no meio do caminho, mais nada dele vai pra frente (Entrevista com Antonio Ernesto concedida a Marco Antonio Teixeira em 05/05/2010).

Mais do que a recusa em perder os bens que conquistou, está presente uma concepção de que não considerava justa sua saída da terra ocupada sem direito a nada, uma vez que, depois de ter passado por momentos difíceis, conseguiu se estabelecer na terra, construir benfeitorias e produzir alimentos.

Quase todos os entrevistados se referiram, com mais ou menos detalhes, a algum episódio de despejo ou ameaça de despejo. Era comum falarem também sobre intimidações, agressões e até mesmo assassinatos. Em geral, era no momento do despejo ou em virtude da sua ameaça que outros atos violentos eram cometidos contra os *posseiros*. Contudo, as violências contra os trabalhadores rurais e suas famílias não se restringiram a estes momentos, embora ainda estivessem vinculados à questão da luta pela terra.

Despejos, destruição de benfeitorias, agressões físicas, assassinatos, tentativas de despejo e intimidações foram considerados atos violentos pelos atores que vivenciaram esses episódios. A quantidade de referências aos episódios de despejo ou à sua ameaça parece proporcional ao desencontro destas informações. É difícil precisar quando eles ocorreram e a sua recorrência. No entanto, a lembrança recursiva deste tipo de ação na memória dos entrevistados é indicativa de como estes atos foram marcantes.

Em geral, os entrevistados explicam que os despejos eram ações empreendidas pelos *grileiros* para expulsar os *posseiros* das terras onde moravam e trabalhavam. Para efetivarem os despejos e garantirem seu sucesso, os *grileiros* pareciam estruturar uma rede de colaboradores. O despejo era empreendido por policiais, Exército e/ou por uma polícia privada (identificados pelos entrevistados, muitas vezes, como *jagunços*) e

contava com o apoio da Prefeitura de Magé, conforme mencionado no depoimento citado anteriormente. Todos eles estavam vinculados, na percepção dos trabalhadores, a algum *grileiro*, que era o mandante da ação. No trecho a seguir, Janice Duarte ressalta a vinculação entre a fábrica (*grileira*), no caso da disputa por terra na gleba América Fabril, e o Exército e a polícia em uma ação de despejo.

[...] a fábrica botava o Exército em cima deles [os posseiros], eles dormiam no mato, vinham aqui mesmo, tem muita história aí que eles dormiam no mato.

Marco: Por quê?

Janice: Porque senão a polícia vinha e apanhava eles a mando da fábrica (Entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

A vinculação entre *grileiros* e policiais aparece também na fala de Antonio Ernesto, bem como a perseguição e vigilância a que estavam submetidos alguns *posseiros*: “O problema do *grileiro* naquela época é porque eles perseguiram com a polícia, com os jagunços, eles observavam até a hora que o cara ia à cidade fazer uma compra. O cara tinha que ir de dia e voltar de dia porque de noite era mais difícil” (Entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 05/05/2010). Na mesma entrevista, o trecho abaixo, no qual Antonio Ernesto discorre sobre o episódio de um homem que foi assassinado, é elucidativo das forças que cometiam atos violento contra os *posseiros*, mostrando a vinculação entre ação privada (dos *grileiros*) e forças do Estado.

Antonio Ernesto: Teve companheiro nosso, Manuel Francisco Flor, morava no quilômetro 5,5 da Rio-Friburgo, sumiram com ele. [...] Ficou quatro dias os urubus já estavam comendo ele no campo, trabalhando na roça. E outros companheiros que sumiram, que até hoje ninguém sabe onde que entrou. Tempo da ditadura eles sumiam com o cara que ninguém via.

Marco: Quem era que sumia com essas pessoas?

Antonio Ernesto: Eram os *grileiros*.

Antonio Ernesto atribui a violência à ditadura, mas quando perguntado sobre quem cometeu o ato violento, responde que foram os *grileiros*. O que esta história revela, longe de ser uma confusão sobre os adversários dos trabalhadores rurais na luta pela terra, é a dupla perseguição a que estes sujeitos estiveram submetidos, como ressalta Palmeira (1985).

Para executar os despejos os *grileiros* contavam também, em algumas situações, com a conivência do Poder Judiciário de Magé, nos casos dos despejos executados por ação judicial. Segundo Altamir Pettersen, que foi assessor jurídico da Fetag/RJ e do STR de Magé nos anos 1970 e posteriormente se tornou assessor jurídico da Contag, os despejos, até o final dos anos 1960, eram coletivos: os advogados dos *grileiros* argumentavam que a terra em questão havia sido invadida por várias pessoas antes de 1964 e requeriam a posse da terra de volta. A partir de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, as ações de despejo passaram a ser individuais, visando à expulsão de um ou outro trabalhador (Entrevista com Altamir Pettersen concedida a Marco Antonio Teixeira em 23/06/2011).

Em geral, após expulsar os trabalhadores e suas famílias das terras ocupadas, casas e lavouras eram destruídas. Mas as benfeitorias dos lavradores não eram o único alvo das ações dos *grileiros*. Os próprios *posseiros* foram fisicamente agredidos, segundo alguns entrevistados. Janice, que na época era funcionário da fábrica e vivia na Fazenda Cachoeira Grande, pôde ver os acontecimentos ocorridos na gleba América Fabril. Ele contou que a polícia tirava os moradores das suas casas através de agressões físicas: “Porque o pessoal era tirado daqui embaixo de porrete mesmo. A lei aqui, não discutia no Fórum não, a polícia chegava aqui batia em todo mundo...” (Entrevista com Janice Duarte concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010). Na entrevista com Antonio Ernesto e Celita, eles também citaram casos de agressões físicas dos policiais contra os *posseiros* nos momentos dos despejos. Sobre estes casos eles contaram:

Marco: E como eles despejavam todo mundo?

Celita: A polícia.

Marco: Eles chegavam e faziam o quê?

Celita: Enfiavam o cacete.

Antonio Ernesto: Bate, três, cinco, seis que tão ganhando dinheiro com isso, mete a mão, bota abaixo. [...]

Marco: Quebravam as coisas...

Antonio Ernesto: É, quebra tudo, não pode fazer nada (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 21/07/2010).

O próprio Antonio Ernesto foi vítima de uma tocaia dos *grileiros*, que tentaram matá-lo:

Antonio Ernesto: Escapei da morte, me cercou pra me matar quatro da manhã, tocaia.

Marco: Como foi isso?

Antonio Ernesto: Aqui, nesse morro ali. 1975, por aí. Eu ia pra luta quatro da manhã.

Marco: O senhor estava indo para onde?

Antonio Ernesto: Trabalhar, pro Rio. A bem dos trabalhadores.

Marco: E o que aconteceu?

Antonio Ernesto: Os dois caras meteram a lanterna, igual caçador faz com a paca, com o gambá, com o bicho do mato. Fogo [...], pulei na pirambeira, cabeí a camisa, igual lagarto, de costas, mais de cinquenta metros dentro do mato (idem).

Antonio Ernesto falou mais sobre este episódio em outro trecho da mesma entrevista:

Quando eu escutei, mais de 40 metros, o cara gritou, sentou a lanterna na minha cara, “é ele mesmo, fogo nele!”, vazei de costas mesmo, a pirambeira, sumi, no meio do mato. Saí na casa de um amigo que mora até hoje, chama-se Pelé. Hoje eu tô contando a história, mas muitos companheiros, muitos amigos, até hoje velho, vai contar a história do que ele sofreu, que ele passou (idem).

A perseguição sobre Antonio Ernesto parece ter sido intensa, possivelmente por ele ter sido uma das principais lideranças na luta contra os *grileiros* na região. Já com o gravador desligado, ele contou que a cada dia saía com uma roupa diferente para escapar da vigilância. O controle sobre Antonio Ernesto foi feito também pela Polícia Federal. Ele precisou mensalmente, durante cerca de um ano, em 1970, se apresentar para essa polícia. Em todas as situações, ele era interrogado sobre o que fazia, por onde passava, se viajava, entre outros assuntos. O interrogatório durava cerca de duas horas e no fim ele era obrigado a aguardar ser liberado, o que só ocorria no fim do dia. Segundo Antonio Ernesto, foi sua passagem por Brasília, quando trabalhou como cozinheiro para os militares, antes de envolver-se com os conflitos sociais no campo, que o salvou desse interrogatório, pois ele tinha boas referências de pessoas importantes e isso contribuiu para que ele não fosse preso.

Antonio Ernesto contou ainda que muita gente desapareceu durante a ditadura, em Magé. Ele citou o destino trágico de dois dos seus companheiros, narrando detalhes de como os assassinos faziam para sumir com o corpo das suas vítimas.

A gente tinha um companheiro chamado Zé da Bota, mataram ele trabalhando [...]. O outro companheiro que era [...], ficou três dias e três noites, o urubu já tava começando a comer ele [...]. Naquela época eles usavam muito. Pegavam o cara, as duas pernas, os dois braços, levava pro rio, com mais de três metros de fundura, quatro metros, amarrava um arame forte no pescoço e uma pedra de vinte quilos e jogava. A pedra afundava ele, levava, aí o peixe comia, acabou. Ia responder o quê? Acabou. O tempo da ditadura foi muito difícil. O Manuel Francisco Flor, é até pernambucano ele, a família dele passou a morar em [trecho inaudível], estive duas vezes lá para dar assistência à mulher dele, porque ele sumiu, não tinha nada. Para conseguir uma pensão por desaparecimento (Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 31/10/2010).

Jair afirmou, em entrevista, que após 1964 muita gente sumiu e a pressão em cima dos líderes começou. Muitos colegas foram apanhados. Jair se salvou porque dizia para a polícia e o Exército que não tinha nada a ver com aquele movimento de luta pela terra. Seu argumento era que ele trabalhava com o frete do caminhão que tinha e os trabalhadores rurais eram um dos clientes. Segundo seu depoimento, alguns colegas estão em cadeia de rodas porque foram torturados, inclusive gente de Magé. Comenta ainda que a época da ditadura foi de muito sofrimento e tristeza, e que só não foi pego porque Deus o guardou, pois ele estava sempre junto com as pessoas envolvidas na luta pela terra (Entrevista com Jair concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

Além dos atos violentos em si, como as destruições de casas e lavouras, agressões, assassinatos e sumiços, a tensão vivida cotidianamente pelos trabalhadores de que algum desses atos pudesse vir a acontecer é constantemente lembrada nas entrevistas. Pelé falou sobre a insegurança que vivia no tempo em que era *posseiro*, pois temia que os *grileiros* o expulsasse das terras ocupadas:

A gente aqui tinha aquela coisa: você amanhecia, não sabia que ia anoitecer. Anoitecia... Era sempre assim. Porque os grileiros... [...] Então era aquilo, a gente plantava uma batata, não sabia que ia colher a batata, plantava o aipim, não sabia que ia colher (Entrevista com Pelé, Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

As entrevistas citadas aqui revelam casos de mortos e desaparecidos no período da ditadura civil-militar que não entraram nas estatísticas. Indicam que foi significativa a violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais já no imediato pós-golpe.

Embora se restrinja a um estudo de caso, a pesquisa, ao revelar aspectos da repressão política que se abateu contra trabalhadores rurais de Magé, situação até então pouco conhecida pela literatura acadêmica, aponta para a necessidade de realização de outros estudos que venham dar visibilidade às histórias de homes e mulheres que viviam no campo brasileiro, muitos deles atingidos pela ditadura e até hoje invisibilizados.

Referências bibliográficas

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. *Geografares*, nº 7, 2009.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, Meu Pai*. São Paulo: Global, 1986.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: (1950-1964)*. 2 v. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 14, 1990.

GRYNSZPAN, Mario. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (História social do campesinato).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, São Paulo, 1995.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1992.
- PUREZA, José. *Memória camponesa*. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- RIBEIRO, Felipe. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social). FFP/UERJ, São Gonçalo, 2009.
- RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2015.
- SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.
- SILVEIRA-LINDOSO, Maria José. *A ambiguidade na transformação: um estudo sobre ideologia*. São Paulo: USP, 1983.
- TEIXEIRA, Marco Antonio. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.
- THOMPSON, Edward P. (1987). *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. v. 1. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WEID, Elisabeth Von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada; estratégia de expansão de uma indústria têxtil: Companhia América Fabril: 1878-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.